

III CONGRESSO EUROPEU DAS ÁREAS COMUNITÁRIAS

Sobre o tema **“Áreas Comunitárias Suporte de Desenvolvimento Económico e Social dos Territórios de Montanha”**, a Baladi – Federação Nacional dos Baldios, promoveu no passado 7 de outubro de 2018 no Concelho de Miranda de Corvo, o III Congresso Europeu das Áreas Comunitárias. Para além da presença do Secretário de Estado das Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, da Comissão de Agricultura da A.R., estiveram presentes deputados do PCP e PSD, 130 congressistas, Presidente da Organização Galega das Comunidades dos Montes Vicinais em Mão Comun, Entidades Associativas, Professores das Universidades de ISA, FEUC, UTAD e a Universidade de Vigo.

Resumidamente, o Congresso, iniciou-se com duas intervenções gerais enquadradoras das várias temáticas, uma proferida pelo Presidente da BALADI e outra, pelo Secretário de Estado das Florestas. A primeira, abordou a evolução dos congressos anteriores, as questões transversais existentes na relação com ICNF e seus estrangulamentos em matéria da figura da co-gestão, as políticas discricionárias nos vários QCA para o sector e as principais reclamações a fazer ao Governo no quadro da PAC 2020/27 para os baldios. Por sua vez, o Secretário de Estado, destacou as principais linhas de orientação do Governo para o sector, sublinhou algumas das medidas que reverteu no PDR 2020, que vinham do Governo anterior e que estavam a prejudicar algumas regiões do País em matéria de investimento na floresta e baldios, sublinhou a importância do sector no quadro das áreas florestais e dos ecossistemas existentes, informou os congressistas, sobre a

materialização dos projectos-piloto que estão a ser negociados com a BALADI e Forestis sobre a constituição de vários Grupos de baldios, etc. A primeira sessão iniciou-se com o objetivo de aprofundar o conhecimento da diversidade das várias tipologias e usos das áreas comunitárias na Europa, bem como, a importância que estes territórios têm no quadro do desenvolvimento rural respectivo. Assim, as comunicações apresentadas debruçaram-se sobre temas como: “*Gestão Participativa e Governança Territorial Local*”, “*Economia Social*”, “*Valorização Ambiental e Energética*”, “*Enquadramento Jurídico*”.

As várias comunicações apresentadas aos congressistas suscitaram um vivo debate por parte dos presentes. Foram realçadas as diferenças entre as áreas comunitárias e as vulgarmente designadas áreas comunais. Etimologicamente este tipo de propriedade de origem indeterminada: germânica, pré-tribal ou árabe, no ordenamento jurídico Português encontra-se consagrada, como meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais. Este estatuto jurídico de propriedade só tem paralelo na região da Galiza. Foi unânime a ideia de sensibilizar o Parlamento e a Comissão Europeia para o reconhecimento e apoio a esta diversidade de tipologia de propriedade, ancestral, com as suas matriz e especificidades diferenciadas, que nalgumas regiões/Países poderão ser uma âncora para o desenvolvimento local e regional dos seus territórios rurais. Foi sublinhado a importância que o sector comunitário têm no quadro da economia social e a sua blindagem constitucional, ao lado da propriedade pública e privada no âmbito do sector Cooperativo e Social. Numa outra vertente, foi abordada a figura da gestão autónoma dos baldios

previstos na lei n.º 75/2017, trazendo à colação um caso de estudo e a importância deste modelo de gestão no desenvolvimento económico e solidário já existente em algumas aldeias do País. Esta última matéria foi enriquecida com apresentação e debate duma proposta concebida pela BALADI e já discutida e aprovada pelo Governo, sobre a importância da implementação dum programa piloto nacional de constituição de Grupos de Baldios, figurino associativo para os territórios baldios, ao invés das ZIF's direcionadas para a propriedade privada. Uma orientação que há muito a BALADI tem vindo a reclamar junto do diversos Governos para os baldios. Mereceu particular discussão e debate a importância dos incêndios florestais versus fogos controlados sobretudo no período de inverno. O estudo de caso apresentado foi feito com base num aturado trabalho técnico dos incêndios do Marão. A reflexão apresentada vai desde a percepção do domínio da meteorologia, comportamento do fogo, conhecimento do terreno e dos seus actores, à utilização do fogo controlado sobretudo no inverno. Uma técnica há muito utilizada pelos pastores, para a renovação de pastagens, hoje, ferramenta eficiente na diminuição da carga combustível das nossas serras, na criação de faixas de gestão de combustível, instrumentos de prevenção estruturante para o efectivo combate aos incêndios, um recurso tecnicamente recomendado por especialistas e instituições de investigação científica nacionais e estrangeiras a que os Governos não têm posto em prática.

Na abordagem feita sobre os serviços ecossistémicos, nos territórios comunitários de Portugal, foram enumerados uma ampla gama de serviços em matéria da biodiversidade, não obstante a maioria destes, não serem reconhecidos pela sociedade e como tal

não tem sido reconhecido o seu valor comercial. O objecto principal desta abordagem foi "*a questão da relação da sociedade com a utilização do seu espaço*". Os resultados apresentados, embora restringidos por limitações de dados, mostram a importância absoluta dos benefícios associados aos territórios comunitários, em termos absolutos temos um VET para os baldios de 110 milhões de euros, correspondendo a cerca de 15 % VET da matriz estruturante do valor das florestas Portuguesas.

Na distribuição dos benefícios produzidos pelos baldios foi referido que estamos perante um desacerto entre o interesse comum (sociedade) e os interesses individuais dos compartes, as atividades ditas "tradicionais" já não asseguram plenamente a mediação entre a população e o território.

Foi unânime a ideia que os baldios no Portugal contemporâneo são um importante espaço em que os serviços ecossistémicos ganham centralidade, e que o Estado deve acompanhar este movimento com mecanismos de pagamento deste serviços diretamente aos compartes. *Assim, o debate atual dos baldios deverá centra-se mais nos mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PES), contribuindo para que os baldios sejam efetivamente o suporte do desenvolvimento local.*

Em matéria das novas energias de valia social e ambiental, o caso apresentado foi sobre a energia eólica e seus benefícios na área económica, ambiental e social e conseqüentemente na mitigação das alterações climáticas. Foi salientada a importância dos baldios

de Portugal e Galiza na produção de energia renovável. Desde 1997 a 2016 que estes tem vindo a aumentar substancialmente a potência instalada. Contudo, há grandes défices de informação dos órgãos gestores dos baldios, quanto aos normativos comunitários, produtividade obtida dos parques instalados, valores contratados e a ausência de assessoramento técnico e jurídico por parte das comunidades locais. Em termos de impacto económico directo, são diminutos e há pressões para diminuição do valor da renegociação dos contratos. Foram dados exemplos de países do mundo que utilizam outras figuras específicas de interesse que aumentam os impactos económicos locais da energia eólica.

É importante o avanço nas políticas públicas para acrescentar os impactos económicos positivos desta energia nas áreas comunitárias, no sentido da criação de parcerias com várias entidades, possibilitando às comunidades a retenção de valia económica em toda a cadeia de valor deste recurso.

Vila Real, 11 de Outubro de 2018

A Direcção da BALADI